

Cuidado em Psicologia e subjetividade social: representações, práticas e possibilidades

Care in Psychology and social subjectivity: representations, practices, and possibilities

Amanda Maria de Albuquerque Vaz

Valéria Deusdará Mori

Luciana de Oliveira Campolina

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB – Brasil)

Resumo. Partindo da Teoria da Subjetividade e de sua perspectiva crítico-propositiva, cultural-histórica e de complexidade, este trabalho tem como objetivo discutir duas diferentes formas de representação e de prática do cuidado na Psicologia: como (re)direcionamento e como tratamento, ambos justificados pelo intento de fazer o que é “melhor” para as pessoas. Enfatizamos como estas representações e ações a elas relacionadas se alinham à subjetividade social dominante em seu movimento de homogeneização, padronização e patologização do humano, assim como se alinham às suas tecnologias de correção. Ademais, discutimos o cuidado em Psicologia sob a representação de espaço de tessitura existencial e, assim, como um empreendimento necessariamente ético-político.

Palavras-chave: cuidado, dialógico, Psicologia, psicólogos, subjetividade.

Abstract. Taking the Theory of Subjectivity and its critical-propositional, cultural-historical and complex perspective as a standpoint, this paper aims to discuss two different ways in which Psychology represents and practices care: as (re)directing and as treating people, both justified as intending to do what is “best” for them. We highlight how these representations and actions related to them match the dominant social subjectivity’s homogenizing, standardizing and pathologizing movement towards people, as well as its correction technologies. Overall, we discuss care in Psychology as the representation of a space of existential fabric and, therefore, as a necessarily ethical-political endeavor.

Keywords: care, dialogic, Psychology, psychologists, subjectivity.

A Teoria da Subjetividade de González Rey, partindo de um referencial crítico-propositivo, cultural-histórico e de complexidade (Goulart et al., 2021; Mitjans Martínez, 2022; Vaz & Mori, 2022, 2023), toma a subjetividade como fundamento ontológico do humano e a pensa como sistema complexo cuja qualidade diferenciada é integrar o emocional e o simbólico nas condições da cultura (González Rey & Mitjans Martínez, 2017). Isto demanda necessariamente discutir o que se entende por cultura nesta perspectiva.

Nas palavras de González Rey (2017), “A cultura é um sistema simbólico dentro de que variadas práticas e variados sistemas normativos humanos criam e alimentam a vida para as pessoas que compartilham este sistema” (p. 182, tradução nossa). Levando isto em consideração, pensamos que utilizar a Teoria da Subjetividade como recurso de representação e de significação de processos humanos, e nos diversos campos da experiência humana em cujo estudo e atuação a Teoria da Subjetividade tem se desenvolvido, necessariamente vem a exigir que se pense a cultura nas formas pelas quais, neste sistema, as pessoas produzem conjuntamente modos de criar e alimentar a vida umas para as outras; ou seja, nas formas pelas quais a cultura tem o cuidado como condição recursiva de sua própria existência. Acreditamos que refletir sobre o cuidado no âmbito da Teoria da Subjetividade é um dos avanços cruciais a ainda serem empreendidos por essa/nessa perspectiva.

Nesse sentido, ao entender o cuidado como dimensão da cultura, ele passa também a ser entendido como produção subjetiva, uma vez que, na Teoria da Subjetividade, a própria cultura é compreendida desta forma:

A subjetividade configura ações e processos culturais per se; ou seja, a cultura é um sistema subjetivamente produzido. Apenas a qualidade geradora da subjetividade mantém a cultura viva e determina a existência de um processo recursivo pelo qual cada uma dessas ações e desses processos é intrínseco ao desenvolvimento do outro. Este processo vivo é impossível de ser capturado em qualquer definição estática de cultura como algo objetivamente dado. (González Rey, 2016, p. 11, tradução nossa)

Dessa maneira, o que propomos ao pensar o cuidado nessa acepção é discuti-lo sem tomá-lo em quaisquer contornos apriorísticos, universais, externos, diretos, lineares e de causa e efeito unívocos, mas como sendo socialmente e historicamente organizado. Contudo, isto não significa entender o cuidado como destituído de um caráter de objetividade, mas refletir sobre esse caráter como subjetivamente constituído, na medida em que “(...) os indivíduos existem por um período mais curto do que a duração do desenvolvimento cultural. Assim, cada geração humana nasce dentro de um mundo cultural bem estabelecido que cria a ilusão de que a cultura é um mundo objetivo.” (González Rey, 2017, p. 182, tradução nossa).

Salientamos que reconhecer esse caráter de objetividade do cuidado não implica em pensá-lo como homogêneo, e justamente por ele ser configurado subjetivamente. Em cada geração de pessoas – e várias gerações convivem em determinado momento histórico de uma sociedade (González Rey, 2017) –, são e serão traçados caminhos diferentes de conformação subjetiva do cuidado, pois cada pessoa, grupo e instituição produzirá subjetivamente formas diferentes de vivê-lo.

Feitas essas ponderações, para os propósitos deste trabalho, discutimos o cuidado levando a ênfase da reflexão para a dimensão social da subjetividade. Porém, desejamos reforçar que, na Teoria da Subjetividade, como a subjetividade configura uma nova qualidade de processo em sua integração emocional-simbólica, ela é simultaneamente individual e social. Portanto, a ênfase na subjetividade social não se organiza, aqui, como uma dicotomia, mas como um prisma de reflexão para pensar processos de dimensão macro que participam do cuidado. Desta maneira, é fundamental apresentar a categoria teórica “subjetividade social”, de que nos utilizamos em nossas considerações; porém, para isto, entendemos que é melhor apresentar primeiramente as categorias teóricas “sentidos subjetivos” e “configurações subjetivas”, uma vez que são elas que, articuladas, representam e significam os processos subjetivos.

Na Teoria da Subjetividade, os sentidos subjetivos são as unidades básicas, elementares e mais dinâmicas da subjetividade (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017). Em sua gênese, as emoções se tornam simbólicas e o simbólico se torna emocional, produzindo, nesta união, e sem que estabeleçam entre si uma relação linear e direta de causa e efeito, a natureza subjetiva do vivido (González Rey, 2005, 2015). Os sentidos subjetivos emergem em toda experiência humana, gerados para além da intencionalidade e da consciência, e tomam formas diversas no curso de diferentes ações (Mitjáns Martínez & González Rey, 2017).

As configurações subjetivas, por sua vez, representam formações estáveis de sentidos subjetivos cujo princípio agregador é sua elevada convergência (Mitjáns Martínez & González Rey, 2017). Esta estabilidade não significa que tanto os sentidos subjetivos quanto as configurações subjetivas percam seu atributo de dinamicidade, ou que sentidos subjetivos específicos só possam conformar uma única configuração subjetiva, ou, ainda, que apenas sentidos subjetivos idênticos se articulem. Ela significa que, nas configurações subjetivas, pela força da convergência que conduz à sua organização, mesmo que se reorganizem, certos sentidos subjetivos ocupam, em relação um ao outro, um lugar importante nos processos subjetivos.

Portanto, ao pensar o cuidado em termos de sua conformação subjetiva na subjetividade social, estamos pensando o cuidado em termos de sua organização complexa, dinâmica e processual na história concreta de uma sociedade em sua cultura. Esta organização ocorre entre sentidos subjetivos

vos que convergem entre si, e entre configurações subjetivas assim formadas – e devido à relação destes sentidos subjetivos e destas configurações subjetivas com aquilo que é vivido como cuidado em diferentes campos da experiência, das relações e dos momentos de pessoas, grupos e instituições. Ou seja: estamos pensando o cuidado, em sua conformação subjetiva, em “(...) um sistema integrado de configurações subjetivas (grupais e individuais) que se articulam nos diferentes níveis da vida social.” (González Rey, 1997, p. 133), que é precisamente a subjetividade social. Este é, inclusive, um dos grandes avanços feitos pela Teoria da Subjetividade para representar e significar processos humanos: o de fundamentar e permitir a articulação do vivido em sua diversidade e complexidade por meio dessa lógica configuracional que lhe é própria (Mori, 2020, 2021). Assim, a subjetividade social envolve os modos pelos quais estão subjetivados os discursos, as representações sociais, os mitos, as crenças, a moral, a ideologia, a linguagem, o simbólico, e produções sociais que marcam uma cultura em determinado tempo de uma sociedade, como religiões, raça, gênero, construções sobre infância, velhice, saúde e doença, dentre outras (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), como o próprio cuidado.

Na próxima seção, direcionamos nosso olhar para a subjetividade social chamada dominante (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), e para o tipo de psicologia que entendemos que a sustenta e é sustentada por ela: a psicologia *mainstream* (De Vos, 2012; Parker, 2007, 2020). Entendemos que as relações que ambas guardam entre si têm agenciado as representações e as práticas de cuidado da Psicologia como (re)direcionamento e tratamento sob a justificativa de fazer o que é “melhor” para as pessoas; assim, é importante pormenorizar estas relações.

Subjetividade social dominante, psicologia *mainstream* e cuidado

Ao falar de subjetividade social, é sempre importante situar de que esfera de análise se está falando, porque ela, como nível da subjetividade, se caracteriza pela qualidade diferenciada de seus processos, e não por se referir a determinada escala *a priori* de pessoas compartilhando uma cultura específica. É possível pensar em subjetividade social, por exemplo, ao falar de uma família, de um grupo, de uma instituição em sua totalidade, de diferentes grupos de uma instituição, de um grupo de instituições, de um país ou de diferentes grupos de um país. É possível até mesmo falar na subjetividade social de um continente ou do mundo, levando em consideração tanto os processos de globalização e seu impacto nas culturas locais (Latour, 2020) quanto o compartilhamento cultural promovido pelo entrelaçamento dos dispositivos digitais e da Internet à existência e à vida (Segata & Rifiotis, 2021). É possível, ainda, pensar em subjetividade social ao falar da subjetividade social organizada quando diferentes subjetividades sociais interagem e se configuram recursivamente entre si. Neste último caso, ao pensar uma conformação subjetiva social que envolve várias con-

formações subjetivas sociais em uma relação de complexidade, ganha sentido a categoria teórica “subjetividade social dominante”. Ela designa, na Teoria da Subjetividade, uma subjetividade social que vem a exercer certa hegemonia, por sua estabilidade e força, na configuração de uma configuração de subjetividades sociais. De certa forma, mesmo quando se fala de subjetividade social de uma família, de um grupo, de uma instituição etc., ainda que a esfera de análise seja menor em comparação a uma situação em que se fale da configuração de uma configuração de subjetividades sociais, essa esfera de análise é sempre passível de ser referida em relação a, e de dizer sobre, esferas mais amplas de subjetividade social e, assim, de certa subjetividade social dominante.

Com isso em mente, esclarecemos e enfatizamos que a subjetividade social dominante a que nos referimos neste trabalho diz respeito a uma esfera de análise bastante ampla, global, e cujo domínio se estabeleceu em alimentação recursiva à psicologia *mainstream*. Situamos historicamente essa subjetividade social dominante e a psicologia *mainstream* em delineamentos sociais, culturais, econômicos, políticos, ideológicos e institucionais organizados a partir dos séculos XVIII e XIX (Danziger, 1997; Figueiredo, 1992), primeiramente no Ocidente, mas cuja presença, contemporaneamente, pode ser encontrada ao redor de todo o mundo. Como discutido por duas de nós em um trabalho anterior (Vaz & Mori, 2022), essa subjetividade social dominante tem notadamente a ver com o estabelecimento do quadrimotor ciência-técnica-indústria-economia (Morin, 2011) em suas vinculações com a governamentalidade e a inscrição da subjetividade demandada por ambos à Psicologia (Foucault, 1991; Rose, 1998). Ela também tem a ver com os modos pelos quais os processos de globalização e a digitalização/virtualização da existência e da vida têm promovido e ampliado tanto a psicologização do humano, engendrada pela psicologia *mainstream*, quanto a espetacularização do psicológico e do psicologizado (Vaz & Mori, 2022).

É possível argumentar que a psicologia *mainstream* diz respeito a apenas um tipo de psicologia, de maneira a questionar por quais motivos fazemos a escolha de falar da Psicologia como um todo falando dela, tendo em vista que muitas outras psicologias foram tecidas, inclusive no intuito de confrontá-la, superá-la e destroná-la em sua hegemonia. Contudo, o que defendemos é que, muito mais do que um tipo de psicologia, e devido à força e à estabilidade que suas relações com a subjetividade social dominante conferem a ela, a psicologia *mainstream* acaba por se organizar como uma via privilegiada para fazer Psicologia, na medida em que aquilo que dizemos que a Psicologia faz acaba por ser produção subjetiva das pessoas que a ela se dedicam (Mitjáns Martínez & González Rey, 2017). Desta forma, mesmo as psicologias que visaram e visam combater a psicologia *mainstream*, em muitos aspectos, acabaram e acabam por guardar com ela identidade ou similaridade (González Rey, 2007; Neubern, 2004), e

justamente devido ao quão presente ela se encontra na constituição subjetiva das pessoas, dos grupos, das instituições e da própria cultura.

Em articulação à subjetividade social dominante, a psicologia *mainstream* vem a representar e a produzir o cuidado na Psicologia como voltado ao planejamento e à execução de intervenções psicológicas sobre as pessoas e suas trajetórias – das mais diversas formas e em todos os campos da existência. Ela assim o faz por entender que o foco da Psicologia é, por excelência, o indivíduo universal, estático, hermético, solitariamente responsável e responsabilizado por si e por seu caminho, cujo viver é passível de ser predito e controlado por ela enquanto empreendimento neutro e objetivo, descolado da história e da cultura. Desta maneira, o cuidado da Psicologia como necessariamente prática intervencionista se volta ao “bem-estar”, à “qualidade de vida” e à “saúde” (ausência de doença) individual e social (um social psicologizado, e tomado como mera aglomeração de indivíduos). Nesta perspectiva, bem-estar, qualidade de vida e saúde se confundem com o alinhamento e o enquadramento das pessoas ao mundo “como ele é”, ou seja, se confundem com o alinhamento e o enquadramento das pessoas à cultura relacionada à subjetividade social dominante, vivida como dada e imutável (conforme ponderamos ao considerar a experiência subjetivamente produzida de a cultura ser algo “objetivo”, como se essa objetividade significasse que há uma única realidade, sempre idêntica a si mesma, a despeito de nós e do que produzimos).

Como operadoras do cuidado da Psicologia como prática intervencionista, a subjetividade social dominante e a psicologia *mainstream* geram tecnologias de correção (Rose, 1998) de dois tipos diferentes, porém complementares: as de (re)direcionamento e as de tratamento. As primeiras visam diagnosticar as pessoas para colocá-las no “rumo certo”, atingível pela adoção de prescrições e interdições feita pela Psicologia. As segundas, por sua vez, visam diagnosticar as pessoas para “curá-las”, também pela via de prescrições e interdições, e para que se tornem passíveis de ser eventualmente colocadas no “rumo certo”. Inicialmente, as intervenções (re)direcionadoras e de tratamento se configuraram subjetivamente a partir da necessidade de separar o bem, o bom, o certo, o sagrado, o puro, o normal, o moral, o civilizado, o saudável e o são do mal, do mau, do errado, do profano, do imundo, do anormal, do imoral, do selvagem/bárbaro, do doente e do louco. Elas assumem estes moldes a partir dos valores dicotômicos modernos e constituídos mediante instituições organizadoras da existência como a lei, o Estado, a família, o trabalho e a religião (Bauman, 1997; Foucault, 2010). À medida que novos e diferentes processos foram se organizando historicamente, novas intervenções (re)direcionadoras e de tratamento também foram sendo engendradas. Elas se baseiam na força e na estabilidade que a produtividade, o sucesso, a felicidade (Birman, 2010; Cabanas & Illouz, 2019), a resiliência e posteriormente a antifragilidade, a positividade (Freire Filho, 2010), a autenticidade (Figueiredo, 1992) e a autorrealização (Rose, 1998) como capacidade intrínseca a todos e igual para

todos (basta querer) adquiriram na conformação da subjetividade social dominante e da psicologia *mainstream* na pós-modernidade.

Esses dois grupos – intervenções (re)direcionadoras e de tratamento modernas e pós-modernas – não se excluem mutuamente, muito pelo contrário. Divisões históricas estanques são meramente recurso teórico para representar e significar a realidade (Delumeau, 2007; Latour, 2016), e especialmente levando em consideração o que já apontamos anteriormente no que tange à heterogeneidade da cultura e à convivência de diferentes gerações e diferentes produções subjetivas em um mesmo período histórico. Assim, as intervenções (re)direcionadoras e de tratamento modernas e pós-modernas convivem, interagem e se relacionam nas formas pelas quais se configuram subjetivamente nas pessoas, nos grupos, nas instituições e na cultura. Elas se beneficiam enormemente do silêncio epistemológico da Psicologia (González Rey, 2013) e de seu consequente favorecimento de um vazio ético-político (Figueiredo, 2004) na conformação subjetiva do cuidado nessa ciência e profissão.

Cuidado como tessitura existencial

Partindo de tudo o que foi dito, propomos nesta seção um olhar diferente para o cuidado. A perspectiva pela qual o tomamos neste trabalho, ao pensá-lo como os modos conjuntamente e recursivamente produzidos pelas pessoas de criar e alimentar a vida umas para as outras no nível da cultura, envolve tomá-lo como tessitura existencial. Isto significa entender o cuidado como espaço relacional em que se organizam e são organizados caminhos e lugares de/para existir – ainda que estes caminhos e lugares, com frequência e contraditoriamente, venham a gerar e/ou agravar o sofrimento subjetivo, tanto a nível individual quanto a nível social. No caso da Psicologia, esta reflexão demanda a problematização das formas pelas quais pessoas, grupos, instituições e a própria cultura padecem do favorecimento dos modos de subjetivação engendrados pela subjetividade social dominante e pela psicologia *mainstream*. Portanto, esta reflexão também necessariamente incorre na problematização das formas pelas quais pessoas, grupos, instituições e a própria cultura padecem das vias e das posturas de cuidado que se prestam à constituição de solo humano (Figueiredo, 2007) pela via da prescrição e da interdição, como o fazem as intervenções psicológicas de (re)direcionamento e de tratamento.

Em nosso entendimento, isso acontece, em parte, em virtude da própria definição de cuidado como intervenção psicológica, em que o cuidado vem a ser entendido e vivido pelos psicólogos como aplicação de um saber anterior e externo ao outro. Esta definição faz com que a atuação profissional se organize como um fazer tecnicista e instantâneo sobre este outro, e pré-fabricado para ele. Assim, a relação com o outro é hierarquizada, e parte-se da premissa de que ele precisa dos psicólogos e da Psicologia (Mo-

ri, 2019) para norteá-lo e mudá-lo. Isto mantém o outro em uma posição de passividade, de dependência e de sujeição, e configura a onipotência e o imediatismo que, pensamos, tanto marcam a Psicologia historicamente e contemporaneamente.

Na perspectiva da Teoria da Subjetividade, o cuidado como intervenção psicológica perde seu valor heurístico e de ação devido ao caráter gerador, autogerador e multiplamente constituído e constitutivo da subjetividade em sua dinamicidade, processualidade e recursividade. Desta maneira, o saber dos psicólogos acerca do outro só tem como tomar forma precisamente a partir da relação com este outro, e da qualidade específica desta relação (Vaz & Mori, 2023). O saber anterior e externo a ela que se faz presente em sua conformação não comparece como determinação apriorística do que o outro é e precisa, como um “copia e cola”. Este conhecimento, que os psicólogos possuem em virtude de suas trajetórias concretas, de sua formação, de sua experiência, de seus caminhos e lugares de/para existir, comparece como ferramenta de representação e de significação tanto do que transcorre na relação quanto dos processos subjetivos do outro. Ele se volta a auxiliar os psicólogos a avançar, e de duas maneiras. A primeira delas é na compreensão do que se desenrola no “entre” relacional, de forma que este saber não se configura, portanto, como um saber aplicado, mas sim como um saber continuamente organizado no percurso vivido e reflexivo dos psicólogos acerca da relação e dos processos subjetivos do outro. A segunda delas é na produção autoral, por parte dos psicólogos, de sua atuação, movimento que envolve criatividade e criação no seu posicionar-se na relação com o outro – e não apenas mediante a alteridade que brota no estar com este outro concreto, mas com a alteridade que despon-ta também na relação de cada psicólogo consigo mesmo (Figueiredo, 2004).

Assim, na Teoria da Subjetividade, os psicólogos não são vistos como interventores nos processos subjetivos do outro, mas como facilitadores (González Rey et al., 2016) – e como facilitadores da emergência de novos sentidos subjetivos e de novos e/ou diferentes processos subjetivos (González Rey, 2007, 2011a). Os psicólogos são vistos, então, como facilitadores da produção subjetiva, por parte do outro, de novos caminhos e lugares de/para existir; ou seja, os psicólogos são entendidos como facilitadores de que o outro produza subjetivamente sua própria tessitura existencial, seu próprio cuidado, com as implicações, as responsabilidades e as consequências que disso advêm. Devolve-se a este outro, portanto, uma posição ativa, autônoma e de protagonismo. Aqui, os psicólogos cuidam não por intervirem sobre e para o outro, por direcioná-lo univocamente para o “rumo certo”, por prescrever e por interditar. Eles cuidam por duas vias. A primeira delas envolve buscar facilitar a configuração da relação com o outro como espaço dialógico (González Rey, 2005; Mori, 2020, 2021): como espaço comunicacional sensivelmente diferenciado em que, devido ao engajamento subjetivo das pessoas envolvidas, irrompem justamente o espontâneo, o inesperado, o imprevisível, o incontrolável, o contraditório, a

experimentação e a reflexão e, com eles, a possibilidade de emergência de novos sentidos subjetivos e de novos e/ou diferentes processos subjetivos. A segunda via, por sua vez, envolve os psicólogos buscarem sustentar, no tempo do outro e pelo tempo que o outro tomar, suas mobilizações e movimentações, e seus avanços e “retrocessos” – que são necessários aos avanços.

Nesse sentido, ressaltamos que, ao cair por terra o entendimento de cuidado como intervenção psicológica, cai por terra também o entendimento de que a mera oferta, por parte dos psicólogos, daquilo que eles entendem e vivenciam como cuidado não vem a significar necessariamente que o outro que busca ser cuidado o está sendo. Enfatizamos que há uma diferença muitíssimo significativa entre nos dispormos, como psicólogos, a cuidar do outro, e entre este outro viver subjetivamente a experiência de ser cuidado por nós. Quando nos dispomos a cuidar do outro, as formas e as posturas que chamamos de cuidado são assim tidas por nós a partir de nós mesmos, de maneira que nossas ações em direção a quem busca ser cuidado têm a ver com como configuramos subjetivamente o cuidado, e com o que ofertamos a partir disso. No segundo caso, as formas e as posturas são tidas como de cuidado não apenas por nós, mas também e principalmente pelo outro, e a partir dos modos pelos quais, junto a ele, configuramos subjetivamente a relação.

Assim, o cuidado como tessitura existencial demanda tanto a disposição para cuidar do outro quanto a abertura e a inquietação contínuas para compreender o que este outro vivencia como cuidado, e no intuito de dar forma à atuação profissional de maneira sensível à singularidade de seus processos (Vaz & Mori, 2023). Entendemos também que é a interlocução recursiva entre tal disposição, e tal abertura e inquietação contínuas, que torna o cuidado necessariamente ético-político. Esta interlocução demanda que nos questionemos, como psicólogos, que posturas adotaremos, como essas posturas se darão, e a serviço de quê, de quem, e de que caminhos e lugares de/para existir. Estas questões nos atravessam em nossas trajetórias como profissionais do cuidado também a partir de como configuramos subjetivamente nossas histórias e projetos de vida, nossa cultura e nossa cidadania. Assim, o cuidado nos chama, aqui, a uma dedicação constante a entender e nos responsabilizar por nossos próprios processos subjetivos e, junto a isto, pelos processos subjetivos de nossa cultura, uma vez que é a partir deles que nos dispomos a cuidar e nos tornamos sensíveis ao outro em seus processos subjetivos.

Levando tudo isso em consideração, por fim, defendemos que o cuidado como tessitura existencial exige ainda reflexão sobre as representações pelas quais a Psicologia tem significado os processos humanos em três âmbitos: a) na participação, neles, do outro, de que tanto falamos aqui; b) na “rivalidade” de preponderância, na conformação subjetiva do

cuidado, entre passado, presente e futuro, e c) na lógica de direcionamento do cuidado a certos processos humanos em detrimento de outros.

No que tange à participação do outro nos processos humanos, quando o cuidado é vivido como tessitura existencial, é preciso redimensionar ideias como a de introjeção (González Rey, 2004) do cuidado, em que os modos pelos quais somos cuidados dizem, univocamente e privilegiadamente, dos modos pelos quais cuidaremos. Entendemos que, sim, eles vêm a participar da configuração subjetiva do cuidado, mas que, ao considerá-lo em seu caráter complexo, esse nível de predição e de determinação é necessariamente colocado em xeque – e porque o cuidado, como produção subjetiva, se configura conjuntamente e recursivamente à cultura e ao vivido em sua multiplicidade. Isto envolve também apontar que, mesmo diante da força e da estabilidade da subjetividade social dominante e da psicologia *mainstream* em seu favorecimento da subjetivação do cuidado como intervenção de (re)direcionamento e de tratamento, a emergência de representações e de práticas diferenciadas do cuidado não deixa de ser possível, muito pelo contrário. Se o outro como cuidador não prediz nem determina quem seremos como cuidadores, então, a subjetividade social dominante e a psicologia *mainstream*, como outro de dimensão mais ampla, também não têm como o fazer. É daí que surgem alternativas, em relação às hegemônicas, no âmbito do cuidado. Ressaltamos ainda que o outro de que falamos neste trabalho é sempre um outro concreto, socialmente e historicamente configurado, seja ele uma pessoa, um grupo e/ou uma instituição. Assim como fazemos com o cuidado, fazemos com o outro, o deixando esvaziado de quaisquer contornos apriorísticos, universais, externos, diretos, lineares e de causa e efeito unívocos. Ponderamos também que o cuidado como tessitura existencial produtora de processos subjetivos de novas e diferentes qualidades, bem como produtora de alternativas de vida e de protagonismo, só tem como acontecer quando o outro é vivido como um verdadeiramente outro: como alguém diferente e, portanto, livre em relação àquilo que somos e àquilo que é nosso enquanto psicólogos. A diferença é o fundamento do dialógico e do diálogo e, portanto, do cuidado de que aqui falamos.

Por sua vez, a briga operada pela Psicologia entre passado, presente e futuro na conformação subjetiva do cuidado também perde seu valor – e porque, na Teoria da Subjetividade, o passado e o futuro estão integrados na produção subjetiva atual, configurando uma temporalidade subjetiva (González Rey & Mitjans Martínez, 2017). Isto significa reconhecer que o cuidado como processo subjetivo, tanto em sua dimensão histórica quanto naquilo que se sonha, se fantasia e se projeta como seu futuro, está configurado e se configura no curso processual do momento atual das pessoas, dos grupos, das instituições e da cultura. Novamente, é daí que se produzem alternativas, nos modos de cuidar, em relação à configuração dominante.

Por fim, nos voltamos à lógica de separação dos processos humanos (González Rey, 2011b) e ao direcionamento do cuidado a alguns deles em detrimento de outros. Esta dinâmica perde seu valor heurístico e de ação, juntamente com a noção de intervenção psicológica, na medida em que se abandona o entendimento de que o cuidado acontece magicamente a partir de atuações, por parte dos psicólogos, voltadas aos processos humanos de acordo com a divisão que a Psicologia opera deles. O cuidado não acontece magicamente por serem direcionadas intervenções psicológicas à cognição, ao afeto, ao pensamento, ao sentimento, à linguagem, ao comportamento, ao desenvolvimento, à aprendizagem, à criatividade, etc. Entendemos que quem devem ser cuidados são as pessoas, os grupos e as instituições, e que nos propormos a cuidar deles envolve reconhecê-los na integração emocional-simbólica de seu vivido, e em sua integralidade. Quando o cuidado é fixado como “função” de certos processos humanos em detrimento de outros, opera-se na lógica do cuidado como intervenção psicológica, uma vez que essa separação dos processos humanos fundamenta em parte a importância que a aplicação tem nesta esfera.

Referências

- Birman, J. (2010). Muitas felicidades? O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In J. Freire Filho (Ed.), *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade* (pp. 27-47). FGV.
- Bauman, Z. (1997). *Post modernity and its discontents*. Polity Press.
- Cabanas, E., & Illouz, E. (2019). *Manufacturing happy citizens: how the science and industry of happiness control our lives*. Polity Press.
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind: how Psychology found its language*. Sage.
- Delumeau, J. (2007). *A civilização do Renascimento*. (P. E. Duarte, Trad.). Edições 70.
- De Vos, J. (2012). *Psychologisation in times of globalisation: concepts for critical psychology*. Routledge.
- Figueiredo, L. C. M. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, 11(21), 13-30.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200002&lng=pt&tlng=pt
- Figueiredo, L. C. M. (2004). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (1992). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. Escuta.

- Foucault, M. (1991). Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon, & M. Peter (Eds.), *The Foucault effect: studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault* (pp. 87-104). The University of Chicago Press.
- Foucault, M. (2010). *História da loucura*. (J. T. C. Netto, Trad.). Perspectiva.
- Freire Filho, J. (2010). A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo "pessoas cronicamente felizes". In J. Freire Filho (Ed.), *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade* (pp. 49-82). FGV.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología Cualitativa y subjetividad*. EDUC.
- González Rey, F. (2004). O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In L. M. Simão, & A. Mitjans Martínez (Eds.), *O outro no desenvolvimento humano* (pp 1-27). Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage Learning.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. Cengage Learning.
- González Rey, F. (2011a). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. Cortez.
- González Rey, F. (2011b). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Cengage Learning.
- González Rey, F. (2013). O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8(1), 20-34. https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume8_n1/PPP_Art__2.pdf
- González Rey, F. (2015). A saúde na trama complexa da cultura, das instituições e da subjetividade. In F. González Rey, & J. Bizerril (Eds.), *Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar* (pp. 9-33). UniCEUB.
- González Rey, F. (2016). Advancing the topics of social reality, culture, and subjectivity from a cultural-historical standpoint: moments, paths, and contradictions. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 36(3), 175-189. <https://doi.org/10.1037/teo0000045>
- González Rey, F. (2017). Advances in subjectivity from a cultural-historical perspective: unfolding and consequences for cultural studies today. In M. Fleer, F. González Rey, & N. Veresov (Eds.), *Perezhivanie, emotions and subjectivity: advancing Vygotsky's legacy* (pp. 173-193). Springer.

- González Rey, F., Goulart, D. M., & Bezerra, M. S. (2016). Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional em Psicologia. *Educação*, 39(4), 55-65. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24379>
- González Rey, F., & Mitjans Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Alínea.
- Goulart, D. M., Mitjans Martínez, A., & Adams, M. (2021). Theory of Subjectivity within cultural-historical perspective: presenting González's Rey legacy. In D. M. Goulart, A. Mitjans Martínez, & M. Adams (Eds.), *Theory of Subjectivity from a cultural-historical standpoint: González's Rey legacy* (pp. 1-16). Springer.
- Latour, B. (2016). *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. (J. P. Dias, Trad.). Editora 34.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. (M. Vieira, Trad.). Bazar do Tempo.
- Mitjans Martínez, A. (2022). A obra de Fernando González Rey: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In A. Mitjans Martínez, M. C. V. R. Tacca, & R. Valdés Puentes (Eds.), *Teoria da Subjetividade como perspectiva crítica: desenvolvimento, implicações e desafios atuais* (pp. 30-65). Alínea.
- Mitjans Martínez, A., & González Rey, F. (2017). *Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica*. Cortez.
- Mori, V. D. (2019). A psicoterapia na perspectiva da Teoria da Subjetividade: a pesquisa e a prática como processos que se constituem mutuamente. In A. Mitjans Martínez, F. González Rey, & R. Valdés Puentes (Eds.), *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (pp. 183-201). EDUFU. http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/ebook_epistemologia_qualitativa_2019.pdf
- Mori, V. D. (2020). Reflection on the value of the Theory of Subjectivity to signify the practice of psychotherapy. *Studies in Psychology*, 41(1), 182-202. <https://doi.org/10.1080/02109395.2019.1710987>
- Mori, V. D. (2021). Reflections on the challenges of psychotherapy and the processes of social subjectivity. In D. M. Goulart, A. Mitjans Martínez, & M. Adams (Eds.), *Theory of Subjectivity from a cultural-historical standpoint: González's Rey legacy* (pp. 245-256). Springer.
- Morin, E. (2011). *Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade* (E. A. Carvalho & M. P. Bosco, Trans.). Bertrand Brasil.

- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Plano.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. Pluto Press.
- Parker, I. (2020). *Psychology through critical auto-ethnography: academic discipline, professional practice, and reflexive history*. Routledge.
- Rose, N. (1998). *Inventing ourselves: psychology, power, and personhood*. Cambridge University Press.
- Segata, J., & Rifiotis, T. (2021). Digitalização e dataficação da vida. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 186-192. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.40987>
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2022). Configurações subjetivas da psicoterapia em sua divulgação no Instagram: reflexões sobre a atuação do psicoterapeuta. *New Trends in Qualitative Research*, 15, e759. <https://doi.org/10.36367/ntqr.15.2022.e759>
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2023). Research in psychotherapy and Theory of Subjectivity: care as its foundation. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 33, e3331. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3331>
-

Fecha de recepción: 10 de enero de 2025

Fecha de aceptación: 07 de febrero de 2025